



BRASIL



PERSPECTIVA SINDICAL SOBRE OS ODS

#HLPF2019



Foto: Instituto Lula

OS SINDICATOS ESTÃO NA MESA?

Obstáculos à implementação eficaz dos ODS no Brasil só aumentaram no último ano. Em 2016, o governo brasileiro anunciou um plano para alcançar os ODS, nomeando uma Comissão Nacional para sua implementação, composta de ministérios relevantes (relações exteriores, planejamento, desenvolvimento e meio ambiente), bem como da Secretaria do Governo e da Presidência da República. No entanto, os sindicatos temem que, sob o recém-criado governo, os esforços anteriormente existentes, ainda que insuficientes, da Comissão para garantir a transparência e conduzir um diálogo com a sociedade civil sejam interrompidos. Atualmente, não há processos de consulta sobre a implementação dos ODS e os parceiros sociais não foram convidados para fornecer contribuições para as reformas políticas em curso que estão sendo concebidas e implementadas sem ter em conta a Agenda 2030 nem as normas democráticas e participativas.

Os sindicatos continuam sendo altamente críticos em relação ao governo brasileiro e estão cada vez mais preocupados com as políticas e propostas de reformas do presidente Bolsonaro. O novo governo apoiou os cortes de gastos previamente introduzidos em áreas cruciais para o cumprimento dos ODS, como saúde, emprego e combate à violência de gênero; além disso, as reformas trabalhistas e de aposentadoria propostas pelo governo ameaçam retroceder os direitos dos trabalhadores por direitos e reverter o progresso do Brasil no cumprimento da Agenda 2030. Há sérias preocupações sobre a segurança dos trabalhadores no país após o colapso de uma mina em Brumadinho, que matou pelo menos 193 trabalhadores.

TRANSPARÊNCIA



Acesso irregular a informação limitada

CONSULTA



Não há processo de consulta em absoluto

DIÁLOGO SOCIAL



O governo nacional não envolve os parceiros sociais na definição e implementação de um plano nacional dos ODS



O TRABALHO (DECENTE) ESTÁ SENDO FEITO?

Os sindicatos brasileiros alertam que, em vista das reformas em curso e planejadas, o país enfrenta desafios significativos na consecução dos ODS, em particular o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico).

Os indicadores para a **meta 1.1 (erradicação da pobreza extrema)**, que até recentemente vinham apresentando melhorias constantes, declinaram por dois anos consecutivos. A porcentagem da população que vive abaixo de US \$ 3,20 por dia atingiu 4% em 2017, acima de sua baixa histórica de 2,9% em 2015. Enquanto em 2016 59,8% da população era coberta por pelo menos um benefício de proteção social e 14,4% do PIB foi gasto em proteção social em 2015, em consonância com o **objetivo 1.3 (implantar sistemas de proteção social nacionalmente apropriados)**, os sindicatos advertem que o governo congelou seus gastos nessa área e está planejando reformar a lei de proteção social e o sistema previdenciário, diminuindo as pensões e aumentando a idade de aposentadoria.

Esforços para atingir a **meta 5.4 (reconhecer e valorizar cuidados não remunerados e trabalho doméstico através da provisão de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social)** continuam sendo necessários, pois os indicadores de 2012 mostraram que as mulheres realizam quase quatro vezes mais trabalho não remunerado do que homens por dia (2,7h para mulheres versus 0,7h para homens). A **meta 5.5 (garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública)** melhorou apenas um pouco desde o último período de relatório, com apenas 61% das mulheres atingindo algum tipo de educação secundária.

O número de trabalhadores em emprego precário aumentou durante dois anos consecutivos, situando-se em 27,9% em 2017 e representando um obstáculo significativo para atingir o **objetivo 8,3 (apoiar atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação)**. Enquanto, até recentemente, os indicadores da **meta 8.5 (emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos)** haviam melhorado constantemente, com as taxas de desemprego caindo de 12,9% em 2003 para 4,3% em 2014, a situação atual

no Brasil é altamente preocupante com o desemprego em 12,6% em 2018. O subemprego continua a ser um problema, especialmente para as mulheres jovens (afetando 10,6% das mulheres entre 15 e 24 anos em comparação com 8,3% dos homens na mesma faixa etária), embora a diferença entre homens e mulheres se encontre em todas as faixas etárias. Os indicadores “nem-nem” para a **meta 8.6 (reduzir a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação)** situam-se em 24,2%, 19,5% para homens e 29% para mulheres. Alguns desenvolvimentos muito preocupantes ocorreram em relação à **meta 8.8 (proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros para todos os trabalhadores)**, pois os sindicatos alertam que a reforma da lei trabalhista piorou as condições de trabalho, reduziu os padrões de saúde e segurança ocupacional, aumentou horas trabalhadas, reduziu os salários e permitiu que as negociações coletivas chegassem a acordos abaixo dos padrões mínimos legais. O novo governo também dissolveu o Ministério do Trabalho e Emprego. O recente colapso de uma mina no distrito de Brumadinho, o maior desastre industrial já ocorrido no Brasil, demonstra as condições de trabalho inseguras e exploradoras do país, que só foram agravadas pelas reformas recentes e pelas fragilidades dos sistemas de controle trabalhista e ambiental.

Ainda são necessários progressos significativos para o Brasil reduzir as desigualdades sociais e alcançar a **meta 10.4 (adotar políticas, especialmente políticas fiscais, salariais e de proteção social, e alcançar progressivamente maior igualdade)**, pois a participação dos 10% dos principais geradores de renda era de 40,5% do PIB total em 2015, enquanto os 20% de renda mais baixa representaram um minúsculo 3,2% do PIB em 2017.

Os sindicatos advertem que subsistem preocupações significativas em relação ao cumprimento do ODS 16 pelo Brasil (paz, justiça e instituições fortes), em vista do enfraquecimento contínuo das instituições democráticas do país e dos processos políticos legítimos. As declarações públicas feitas pelo Presidente Bolsonaro apoiando a violência contra seus oponentes políticos, bem como contra sindicalistas e grupos minoritários, são particularmente preocupantes a esse respeito.

PARA ONDE IR? RECEITA SINDICAL PARA NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

Os sindicatos brasileiros estão priorizando sua luta por trabalho decente, segurança social e acesso a direitos civis e políticos, como o direito a um julgamento justo e a luta contra a impunidade.

Eles chamam o governo para:

- Reverter a reforma da legislação trabalhista e retirar-se dos planos de introduzir uma reforma do sistema previdenciário;
- Restabelecer espaços de diálogo social e democrático para permitir que a sociedade civil contribua para um debate sobre políticas públicas.



Esta publicação foi preparada com a ajuda da União Europeia. O conteúdo da publicação é da exclusiva responsabilidade da RSCD/CSI e não pode, de forma alguma, ser considerado como um reflexo do ponto de vista da União Europeia.